

Cultura no interior da Linguística Sistêmico-Funcional: uma análise exploratória

Culture within the Systemic Functional Linguistics: an exploratory analysis

Cláudio Márcio do Carmo*

Este artigo discute o conceito de *cultura* em Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), partindo do pressuposto de que este é um conceito-chave para a compreensão da forma como ela se propôs a abordar a linguagem. Para isso, a obra que traz seus princípios epistemológicos, *Language as Social Semiotic*, publicada em 1978 por M.A.K. Halliday, é relida em busca de sua raiz Antropológica. Foram listados e analisados os enunciados em que ocorreram palavras construídas com o radical *cultur-*. O trabalho indicou que a Antropologia ainda subjaz à LSF, mas que esta foi sendo reorientada sociologicamente, trazendo implicações teóricas e metodológicas.

This paper discusses the concept of culture within Systemic Functional Linguistics (SFL), assuming that this is a key concept to understand how this theoretical approach determined to address language. In this regard, the study that brings its epistemological principles, Language as Social Semiotic, published by M.A.K. Halliday, 1978, is reviewed in search of its Anthropological roots. We list and analyze the utterances in which words are formed with the radical cultur-. The study shows that Anthropology still underlies SFL, but that it has also been sociologically reoriented, a fact that brought theoretical and methodological implications.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional. Antropologia. Cultura.

Key words: Systemic-Functional Linguistics. Anthropology. Culture.

Introdução

Este texto apresenta uma discussão teórica realizada durante um período pós-doutoral no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, cujo ponto fulcral foi a compreensão das bases antropológicas que ajudaram a conceber o campo da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), uma vez que ela tem sido foco de inúmeros estudos e propiciou o surgimento de outras abordagens dentro da Linguística e também da Semiótica.

Nosso foco recai sobre o estudo da concepção de cultura na obra que sintetiza e traz os princípios epistemológicos da área, qual seja, *Language as Social Semiotic*, publicada em 1978, pelo linguista Michael Alexander Kirkwood Halliday.

Com esse intuito, o presente artigo procura compreender o que se entende por cultura em Linguística Sistêmico-Funcional, para assim tentar lançar luz em relação

* Professor Doutor do Curso de Graduação em Letras e do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei. Fez Pós-Doutorado em Antropologia Social, no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - Brasil. E-mail: claudiuss@ufsj.edu.br

a qual o papel da cultura na produção dos sentidos e demonstrar de que forma a Antropologia forneceu, e ainda pode fornecer, elementos para uma compreensão maior do papel da cultura na produção do sentido.

Partimos do fato de Halliday, proponente da LSF, ter buscado como uma das bases para produção de sua teoria, a Antropologia de Boas, Sapir, Whorf e Malinowski, mas vários estudos posteriores não os retomarem ou problematizarem.

Esperamos, então, restaurar esse papel vital da Antropologia, produzindo uma discussão em torno da cultura e do uso da própria Antropologia como uma das bases epistemológicas da LSF, razão pela qual retomamos, primeiramente, a influência antropológica que subjaz ao pensamento de Halliday.

Metodologicamente, elegemos como categoria de análise o uso do termo *cultura*. Para obtenção de dados, após releitura da obra, foram listados todos os enunciados em que alguma palavra que contivesse o radical **cultur-** aparecesse, para que, mediante descrição e análise desse uso, criássemos um cenário profícuo à problematização do assunto.

Para consecução e organização deste trabalho, apresentamos de que forma a antropologia influenciou a Linguística Sistemico-Funcional, procurando abordar o tema *cultura* a partir dos antropólogos citados por Halliday, e depois, elencamos os dados, discutimos e caminhamos para as considerações finais.

Da influência antropológica no pensamento de M. A. K. Halliday

M. A. K. Halliday, que instituiu o campo da Linguística Sistemico-Funcional, buscou base não apenas na Linguística, mas também na Antropologia. Neste trabalho, trataremos, especificamente, dessa base antropológica, na intenção de fomentar discussões em torno do uso do termo *cultura* e do papel da cultura na produção do sentido.

Halliday esclarece que, para a formulação de sua teoria, além da Linguística, procurou sustentação especialmente na antropologia de Boas, Malinowski, Sapir e Whorf. Por essa razão, faremos uma análise de algumas dessas contribuições para a teoria, mas nos atendo especialmente em Malinowski, o qual teve peculiar influência sobre seu pensamento e de quem tomou os conceitos de *contexto de situação* e *contexto de cultura*, a partir da leitura proposta pelo linguista J. R. Firth que fora seu professor.

No caso de Frans Boas, é importante esclarecer que ele era contrário ao Evolucionismo, pelo fato de esta corrente apregoar a existência de uma escala cultural evolutiva civilizatória pela qual todos deveriam passar. As ideias de Boas tiveram grande influência na constituição do conceito contemporâneo de cultura dentro da antropologia americana. A base do conceito do autor é a observação de que as diferenças fundamentais entre os grupos humanos era cultural e não racial ou determinada pelo ambiente físico, o que pode estar relacionado com o relativismo cultural que ele mesmo

preconizou com a ideia de cultura e de seus elementos para satisfação das necessidades, encontrado especialmente em Malinowski e difundido por toda a Escola Funcionalista da Antropologia na década de 1920.

Para Malinowski (1944), expoente da Escola Funcionalista da Antropologia, cultura, no âmbito geral, “é obviamente o todo integral consistindo de implementos e bens de consumo, contratos constitucionais para os vários grupos sociais, de ideias humanas e trabalhos artesanais, crenças e costumes” (p. 36). Nesse sentido, qualquer tipo de cultura deveria ser vista em relação aos aparatos que produzem sua inteireza: material, humano e espiritual, com o qual o ser humano enfrenta, concretamente, problemas específicos que se lhes apresentem. Aqui, o autor traz à tona a noção de *forças hostis* que são aquelas que o homem precisa enfrentar para sobreviver no seu meio ambiente.

Esse é o ponto de partida para a produção de uma teoria da cultura que deve considerar e não apenas se apoiar no que é biológico, mas também no que é institucional, o que é explicado posteriormente. Segundo o autor, os seres humanos estão sujeitos a condições elementares a serem supridas/preenchidas para que seja possível a sobrevivência dos indivíduos, como organismos que precisam se manter trabalhando de forma ordenada/organizada, criando condições para seu desenvolvimento.

Nesse ponto, parece residir a compreensão sistemico-funcional do uso dos códigos semióticos das diferentes linguagens, por isso, um código ou uma língua não pode ser simplesmente adaptado a outro em termos de suas regras e formas de organização. Deve ser estudado mediante um aparato sistemico e funcional, para usar os termos hallidayanos, mas dentro de si mesmo. Ou seja, mais relevante que adaptações é buscar as bases para sua descrição e compreensão no interior das interações humanas.

Para Malinowski, determinadas necessidades precisam ser satisfeitas e nisso reside a produção de cultura, da qual a língua faz parte, nos fazendo retomar uma das bases subjacentes à LSF. Por um lado, deve-se prover o que é capaz de satisfazer o que é orgânico, ou seja, de satisfação das necessidades básicas do ser humano. Isso produz o primeiro conjunto de condições impostas a cada cultura. E depois, há necessidade de construção de uma nova cultura que ele chama de desenvolvimento artificial.

Nas palavras do autor, “esse desenvolvimento, que é nem mais nem menos que a cultura em si, tem de ser permanentemente reproduzido, mantido e gerenciado” (MALINOWSKI, 1944, p. 37). Aqui, há a conexão da cultura com os *padrões de vida*, uma vez que ele depende do nível cultural da comunidade, de seu desenvolvimento e da eficiência do grupo. É por essa razão que um padrão cultural de vida significa para o autor que novas necessidades aparecem e tanto novos imperativos quanto novos determinantes são impostos ao comportamento humano, criando novas necessidades, em especial a de produzir cultura. O que é perpetuado de forma geral, torna-se uma cultura tradicional, pois é inclusive transmitido por meio da educação, com base na necessidade de manutenção da ordem e da lei, por meio da *cooperação* que mantém arquivado todo esse conhecimento. Daí decorre que toda comunidade precisa,

obrigatoriamente, construir um arranjo de formas de sanção dos costumes, da ética e da lei, que garanta o reconhecimento da cultura produzida, preceito que também parece subjazer à LSF quando da análise das línguas. Entretanto, Malinowski afirma que o material substrato da cultura tem que ser renovado para manutenção da ordem, acarretando a necessidade de produção de algumas *formas de organização econômica*, no caso da língua, de um sistema compreensível que garanta a comunicação humana que não é estático.

O ser humano produz cultura de duas formas, pois a base da cultura é a satisfação das necessidades de seu organismo que não são apenas de ordem biológica, pois são de natureza interna e externa, material e espiritual, o que se traduz na forma de conhecimento, valores e na forma de ética. Estes se baseiam tanto em imperativos instrumentais quanto em imperativos integrativos, conectados às atividades econômica, normativa, educacional, política como também mágicas e religiosas, respectivamente.

Por isso, é possível se falar em cultura individual, caracterizada por uma coerência do todo, reconhecível e trabalhável mediante um número de declarações (*statements*) como um guia para pesquisa de campo. Por outro lado, para o autor, uma análise científica da cultura proposta para outro sistema de realidades também pode ser feita em relação à pesquisa de campo, procurando identificar realidades culturais, como base para o estudo da engenharia social.

Em resumo, para ele, deve-se atentar para o aspecto funcional, para tratar do fato de que produzimos cultura para atender às necessidades humanas, de forma cooperativa, o que gera um *comportamento cultural* e, por isso, traz à tona o conceito de *organização*.

Para o autor, organização implica um esquema definitivo ou estrutura definitiva (p. 39)¹, capaz de captar os principais fatores que possam ser considerados universais, por serem aplicáveis a todos os grupos organizados. Ou seja, aplicáveis a formas típicas de organização grupal.

Instituição é, para Malinowski, uma unidade da organização humana, implicando acordo sobre um conjunto de valores tradicionais partilhados, tanto do desenvolvimento natural quanto artificial dos seres humanos. Daqui, originam-se normas específicas de associação e trabalho por meio da manipulação do aparato material para satisfação de seus desejos e necessidades. Por esse motivo, o desenvolvimento de uma teoria científica para análise da cultura deve se assentar num acuro pelo estudo dos princípios universalmente válidos de ação institucional, logo, também das linguagens que lhes permitem a comunicação e a ação social.

Entretanto, Malinowski afirma que esses esquemas de análise estão pressupondo que todas as culturas são idênticas, e que os estudiosos de cultura devem ser mais interessados em identidades ou similaridades que nas diferenças (p. 40). Mas as diferenças, esclarece o autor, são a razão para as instituições se organizarem em torno

¹ Aqui, cabe uma ressalva quanto à ideia de esquema ou estrutura de caráter definitivo com o qual não podemos dizer que o pensamento da Linguística Sistemico-Funcional coadune, embora reconhecamos que existe uma estrutura partilhada movente, mas sempre reconhecível a quem faz uso do sistema funcionalmente.

de determinados valores e necessidades específicas, uma forma de pensar que pode ser retomada ao se definir instituição como “uma prática social regular e continuamente repetida” (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p. 181).

Não só a análise funcional como também a institucional permitem definir cultura de forma mais concreta, precisa e exaustiva, como “um todo integrado de instituições parcialmente autônomas e parcialmente coordenadas” (MALINOWSKI, 1944, p.40). Ela é integrada a uma série de princípios como laços sanguíneos, contiguidade espacial conectada à cooperação, atividades especializadas e uso do poder na organização política. Assim, cada cultura se torna completa e autossuficiente para satisfazer seu conjunto de necessidades básicas, instrumentais e integrativas. O autor ressalva apenas que pequenas excentricidades culturais – minúcias – não são científicas, pois são apenas costumes ou arranjos culturais em outras sociedades.

Quanto à mudança cultural, Malinowski atribui ao elemento tempo, pois a evolução e o processo de difusão acontece na forma de mudança institucional. Novos instrumentos técnicos passam a se incorporar ao sistema que já está estabelecido para o comportamento organizado e produz de forma gradual o remodelamento da instituição. Em termos de análise funcional, não ocorre mudança a não ser quando novas necessidades são criadas. Satisfazendo isso, novos instrumentos em termos de técnica, conhecimento ou crença são arquitetados dentro do processo cultural ou na instituição.

O autor conclui que

Antropologia científica consiste em uma teoria de instituições, ou seja, uma análise concreta dos tipos de unidade de uma organização. Como uma teoria de necessidades básicas e uma derivação de imperativos integrativos e instrumentais, a antropologia científica nos dá a análise funcional que nos permite definir a forma bem como o significado de uma idéia costumeira ou estratégia. Pode ser percebido claramente que tal abordagem científica de forma alguma se sobrepõe ou nega a validade das buscas evolucionárias ou históricas, ela simplesmente lhes dá base científica (MALINOWSKI, 1944, p. 41-42).

Assim, ao percebermos cultura ligada a modos de vida capazes de caracterizar uma coletividade, podemos entendê-la sociosemioticamente como um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais, em função das necessidades comunicativas, o que parece ser o ponto-chave de aproximação com a LSF. Conforme Cuche (1999, p. 72), para Malinowski, “os elementos constitutivos de uma cultura teriam como função satisfazer as necessidade essenciais do homem”, logo, como a língua(gem) é constitutiva da cultura e a LSF é uma teoria da comunicação humana, estão postas as bases sobre as quais podemos inter-relacionar e restaurar a relação entre Antropologia e LSF.

Como frisa Cuche, a cultura constitui precisamente a resposta funcional aos

imperativos naturais do ser humano dentro do funcionalismo antropológico. Para esse autor, o grande mérito de Malinowski se deve ao fato de ele instituir a observação participante como método, uma vez que não é possível estudar uma cultura a partir de seu exterior, nem a distância. Na Linguística Sistemico-Funcional, a linguagem em uso é sua base para a compreensão das motivações das escolhas dentro do sistema linguístico. Assim, as categorias linguísticas devem ser estudadas para cada língua. Uma língua, por sua vez, não pode ser reduzida a adaptações de sistemas já conhecidos e descritos.

Outra influência, por outro lado, advém de Edward Sapir, um pioneiro na elaboração de uma teoria das relações entre cultura e linguagem, o qual teve como um crítico e colaborador seu aluno Benjamin Lee Whorf. Dessa associação, com base na ideia de relativismo cultural, constituiu-se o que ficou chamado de hipótese Sapir-Whorf. Dentro dessa abordagem, Sapir procurou relativizar as formas de compreensão da linguagem ao negar a existência de uma correlação direta entre um modelo cultural e uma estrutura linguística, impulsionando inúmeras pesquisas à época (cf. COUCHE, 1999, p. 93). Para Sapir, ocorria uma relação de interdependência entre língua e cultura, a partir de suas funções, notadamente a de transmitir cultura e, constitutivamente, ser marcada por ela, pensamento também subjacente à LSF, por sua vez já advindo de Boas (cf. BOAS, 2010). Como nos explica Martellota e Áreas (2003, p. 22), “Fraz Boas não influenciou apenas o descritivismo, principal vertente linguística dos EUA, mas também a tradição etnolinguística de Sapir e Whorf, assim como os trabalhos de Bolinger, Kuno, Del Himes, Labov e muitos outros etno- e sociolinguistas.”

Nesses termos, apresenta-se como um imperativo epistemológico a relação entre linguagem e relativismo cultural e a maneira como a cultura parece ser vista enquanto uma totalidade em relação ao social e sua parcialidade. Cultura, como podemos perceber nos autores que fundamentam a LSF, tem caráter universalista, global em contraposição ao caráter mais restrito/localizado com que se trabalha o elemento social. Parece ser exatamente essa relação que leva a LSF, aos poucos, mas principalmente as teorias de base sistêmica, a se afastarem da Antropologia e assumirem um viés mais voltado para a Sociologia.

Nesse sentido, é salutar o pensamento de Botelho (2001):

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. [...] Por sua vez, a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. [...] Em

outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso. (p. 74).

Do ponto de vista antropológico, esse foi o cenário que orientou a produção da Linguística Sistêmico-Funcional, ancorando sua visão de cultura e do papel da linguagem na comunicação humana que caminhou cada vez mais para um ponto de vista sociológico, já que segundo Halliday (1978, p. 35), o estudo da linguagem deveria ser “sociológico mais do que simplesmente social – baseado em alguma teoria da estrutura social e da mudança social”. Na próxima seção, apresentamos a área, de maneira a criar subsídios para as reflexões a serem feitas no que tange ao uso do termo *cultura* em sua base epistemológica.

***A Linguística Sistêmico-Funcional de M. A. K. Halliday*²**

Começamos essa seção trazendo à tona dois grandes paradigmas que deram propulsão aos trabalhos em Linguística, quais sejam, o Formalismo e o Funcionalismo. Martelotta e Áreas (2003) os distinguem enquanto polos a partir de suas características principais. Para os autores, o polo formalista pode ser caracterizado “pela tendência a analisar a língua como um objeto autônomo, cuja estrutura independe de seu uso em situações comunicativas reais” (p. 20). Já o polo funcionalista,

pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical (id. *ibid.*).

O que caracteriza os funcionalistas em geral é que eles se preocupam

com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades da interação social, e não tanto com as características internas da língua; frisam assim a importância do papel do contexto, em particular do contexto social, na compreensão da natureza das línguas (NEVES, 1997, p. 41).

Partidária do segundo polo, a Linguística Sistêmico-Funcional está baseada no funcionalismo etnográfico e no contextualismo desenvolvido por Malinowski (MARTELOTTA; ÁREAS (2003, p. 21).

² Nesta seção, há reflexões retomadas de trabalhos anteriores, mas com as devidas alterações pertinentes às pretensões deste artigo.

As bases da Linguística Sistemico-Funcional (LSF), enquanto formulação teórica, foram os escritos de Halliday, produzidos entre 1972 e 1976, compilados no livro *Language as Social Semiotic*, em 1978, obra à qual recorreremos nas páginas que se seguem. Entretanto, a LSF já havia se iniciado na década de 1960 (cf. FAWCETT, 2010), década de grande efervescência teórica em diversos campos do saber.

Halliday (1978) retoma o clássico conceito de Saussure de que a “língua é um fato social” (cf. SAUSSURE, [1916]1969) como início de sua discussão em torno da língua(gem) como semiótica social, que em si tem pouca ou nenhuma significação, para ele, se não for pensada no interior de uma abordagem diferente desta formulação inicial. No entanto, Saussure teve grande importância na constituição da abordagem hallidayana, pois propiciou pensar, após o estabelecimento da língua como objeto da Linguística, novos rumos para os estudos da linguagem de maneira geral.

Halliday pretendeu abordar as trocas de significado por meio dos diferentes signos linguísticos, vendo, nesse sentido, a linguagem como produto do processo social em que os sujeitos estão envolvidos. Assim, o autor pensou a própria realidade social enquanto um construto inseparável do sistema semântico em que essa realidade é codificada.

A linguagem é uma partilha de significados potenciais que são, em parte, vindos da experiência e, em outra, da interpretação intersubjetiva dessa experiência, pois ela expressa e simboliza dois aspectos do sistema semântico, quais sejam, seu uso para significar uma espécie de (embora não exatamente) “reflexos” das coisas e seu uso para “agir” sobre elas. Essas duas formas de pensar a linguagem e seu significado potencial é que geram a primeira, o componente ideacional, e a segunda, o componente interpessoal da linguagem.

Para Halliday (1978) então, “uma realidade social (ou uma ‘cultura’) é em si um edifício de significados – um construto semiótico” (p. 2) e a língua, um dos sistemas que constituem uma cultura. Por isso, a formulação da linguagem como semiótica social quer dizer que se deve interpretá-la dentro do contexto sociocultural, pois, como pertencente a uma cultura, deve ser compreendida em termos semióticos em seu interior.

Como um diferencial de outras abordagens, para o autor, a língua não consiste de orações, mas de textos – sua categoria base de análise – ou o discurso entendido por ele como a troca de significado em contexto interpessoal, de um tipo ou de outro. O autor chama atenção para o fato de que o que é feito é muito mais que trocar bens e serviços, pois as pessoas agem sobre a estrutura social, a qual, no funcionalismo, de forma geral, “pode ser compreendida como um jogo de relações entre instituições” (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p. 112), refletindo seu *status*, estabelecendo valores sociais e constituindo sistemas de valores e conhecimentos partilhados. Nesses termos, Halliday faz uma ligação inseparável entre língua(gem) e estrutura social.

A tudo isso, na percepção da língua como interação, assoma-se a ideia de que existe todo um complexo ideológico que perpassa as atitudes linguísticas, ligadas a julgamentos

de valor, impondo que se perceba a língua como muito mais que expressando a estrutura social e o sistema social. Para Halliday, a língua simboliza ativamente o sistema social, representando, metaforicamente, seus padrões de variação que caracterizam as culturas humanas, a exemplo dos dialetos. De uma forma subjacente, percebemos que é também uma questão de negociação, logo de política.

Aqui, fica mais clara uma diferenciação que Halliday faz em relação à formulação inicial de Saussure da língua como objeto da Linguística e mais que isso, como objeto de estudo último ou, como em outros teóricos, enquanto apenas instrumento. O autor não critica destrutivamente, pois afirma que essa distinção é válida e importante, mas adverte que se liga a metas e não a escopo. Pretende-se então olhar “dentro da língua pelo lado de fora”, para, principalmente, interpretar os processos linguísticos a partir da ordem social.

Gramaticalmente, a partir do ponto de vista de algumas teorias linguísticas, como a de Chomsky (ver, por exemplo, CHOMSKY, 1953, 1956, 1968), dentre outras, o próprio conceito de gramática é o de um sistema de regras, vista por uma abordagem a partir da lógica de estruturas. Ou seja, as funções estruturais (como as de sujeito, predicado etc.) são definidas por relações lógicas e as relações linguísticas devem ser vistas como relações formais entre classes (substantivos, verbos, adjetivos etc.). Por isso, do ponto de vista de algumas formulações da teoria chomskiana, a língua natural pode ser reduzida a um sistema formal (HALLIDAY, 1978, p. 4).

Na formulação de Halliday, a língua deverá sempre ser interpretada em relação aos processos sociais. Assim, não é uma questão de interpretar orações isoladas ou em microcontextos.

Envolve a difícil tarefa de focar atenção simultaneamente no significado real e potencial, interpretando tanto o discurso quanto o sistema linguístico que está escondido em termos da rede infinitamente complexa de significado potencial que é o que nós chamamos de cultura (HALLIDAY, 1978, p. 5).

E nessa introdução, Halliday afirma que buscou, para a formulação de sua teoria, uma tradição descritivo-etnográfica em linguística, nomeadamente, Saussure e Hjelmslev, Mathesius e a Escola de Praga, Malinowski e Firth, Boas, Sapir e Whorf. E mais contemporaneamente que esses, Labov. Depois chama a atenção para a leitura de Basil Bernstein e Mari Douglas, Sydney Lamb e Adam Makkai, Jeffrey Ellis e Jean Ure, Trevor Hill, John Sinclair, John Regan, Paddy O’Toole e Robin Fawcett e, por fim, Ruqaiya Hasan, com seus colegas de Edinburgh e Londres.

Essa é a base com que Halliday introduz a “linguagem como semiótica social”, culminando no campo da Linguística que ficou chamado de Linguística Sistêmico-Funcional que tem essas ideias como pilar, o que agora, de forma menos genérica, começamos a tratar.

A Linguística Sistemico-Funcional (LSF) é uma das teorias calcadas na tradição linguística europeia iniciada pelo trabalho de Ferdinand Saussure (1969), considerada por Halliday (1985a, p. 30) “uma análise-síntese da gramática baseada na noção paradigmática de escolha, construída a partir do trabalho de Saussure, Malinowski e Firth, Hjelmslev, a escola de Praga e os linguistas antropólogos americanos Boas, Sapir, Whorf; sendo a principal inspiração J. R. Firth”. Ghio e Fernández (2006) também afirmam que há contribuições da Tagmêmica, uma teoria desenvolvida e concebida para ajudar linguistas a extrair, de forma mais eficiente, descrições coerentes dos dados, razão pela qual Longacre (1985) a vê como um discurso relacionado a padrões linguísticos.

Fawcett (2010, p. 16-17) acrescenta importantes informações sobre o desenvolvimento da Linguística Sistemico-Funcional quando demonstra que a publicação de *Syntactic Structures*, de Noam Chomsky (1957), teve grande influência na área da Linguística Teórica, entretanto, chamando atenção para a publicação, em 1956, de *Categories*³, obra que teve maior influência em vários campos da Linguística Aplicada. Segundo o autor, a publicação da chamada *Scale and Category Grammar*⁴ em 1961 foi de grande valor para o desenvolvimento da teoria, pois foi repensada como *Systemic Grammar*, mas seu desenvolvimento posterior como *Systemic Functional Grammar*, nos anos 1960, refletiu-se como o grande propulsor teórico, permitindo expressivo crescimento da área.

Sendo assim, pode-se apontar como um marco para seu início os anos sessenta, momento em que Halliday começa a mudar sua orientação de um ponto de vista sintagmático para um paradigmático, a partir do qual as representações, tanto gramaticais quanto fonológicas, não possuíam de antemão restrições estruturais, quando se elegia o uso e a comunicação como pontos de partida na análise. A organização sintagmática responderia pela significação progressiva, em termos dos elementos sequenciados na estrutura, e a paradigmática, pelo contraste entre as variantes agnatas, isto é, da organização em termos do sistema paradigmático, dentro do domínio de uma unidade como a oração representada pelos significados advindos das escolhas feitas na rede do sistema linguístico. Redes dos sistemas são definidas como “conjuntos de termos mutuamente excludentes, ou seja, opções” (MATTHIESSEN; TERUYA; LAM, 2010). Essas refletem, em termos de escolha, a relação entre aquilo que é potencial no sistema e sua instanciação no texto. Matthiessen, Teruya e Lam (2010, p. 121) definem instanciação afirmando que uma instância é um polo da escala de instanciação, sendo esta a própria escala que vai daquilo que é potencial no sistema para a instância textual, pois a escala se estende do potencial para a instância, o que significa que ela vai do sistema para o texto. Sistema, por sua vez, é considerado a categoria central para representar a organização paradigmática nos estratos fonológico, gramatical ou semântico (p. 211).

³ Não nos foi possível conseguir o trabalho. A referência em Fawcett é: HALLIDAY, M.A.K. Grammatical categories in modern chinese. *Transactions of philological society*, p. 177-224, 2010.

⁴ Não nos foi possível conseguir o trabalho. A referência em Fawcett é: HALLIDAY, M.A.K. Categories of the theory of Grammar. *Word* 17, p. 241-292, 2010.

Nessa perspectiva, então, há um construto tri-estratal de semântica, lexicogramática e fonologia que se organiza ao redor da noção de sistema paradigmático. Essa visão de estratos é originária do pensamento de J. Hjelmslev (cf. HJELMSLEV, [1954]1991) e compreendida como “a dimensão global de ordenamento da linguagem em contexto dentro de um subsistema de acordo com o grau de abstração simbólica” (MATTHIESSEN, TERUYA; LAM, 2010, p. 205).

Por isso, essa abordagem elege o texto como unidade de análise, definindo o uso da linguagem como referência em detrimento da própria noção de gramaticalidade, conforme perspectiva tradicional e/ou chomskiana. Dessa maneira, a linguagem pode ser investigada acusticamente, neuro-fisiologicamente, culturalmente e lexicogramaticalmente – em termos de estratos semânticos (MATTHIESSEN; HALLIDAY, 1997), o que nos leva à compreensão da linguagem como um recurso construtor da realidade, que se instancia devido aos objetivos comunicativos daqueles que fazem uso dele.

Essa noção estratal da linguagem, conforme apresentado anteriormente, é uma influência de Luis Hjelmslev e de sua glossemática, a qual, segundo Greimas e Courtés (2011, p. 238) é uma teoria elaborada em colaboração com Hans Jorgen Uldall, caracterizada pelo próprio proponente pelos seguintes traços: (1) procedimento analítico sintético, (2) insistência na forma, (3) consideração da forma e do conteúdo e (4) consideração da linguagem como um sistema semiótico entre outros. A glossemática é considerada a primeira teoria semiótica coerente e acabada, tendo sido também decisiva na formação da semiótica na França.

Fontaine (1979) mostra que a glossemática nasce de um pensamento de constituir uma teoria da expressão e do conteúdo, em bases internas e funcionais, sem dados fonéticos ou fenomenológicos, já que a Fenomenologia considerava a concepção que o sujeito possuía do plano da expressão e do conteúdo. Nas palavras da autora, considerando a principal tarefa da Linguística, ela deveria ser uma “‘álgebra da linguagem’ ou Glossemática” (p. 120). Por isso, para a autora, essa elaboração pode ser vista como uma teoria requintada produzida por Hjelmslev como uma radicalização lógica do pensamento saussureano, mas que era oposta ao pensamento dos linguistas de Praga, por não reconhecer nenhuma intervenção exterior à língua no curso de sua evolução, vendo, portanto, o desenvolvimento da língua como uma questão interna ao sistema linguístico. Em outras palavras, essa foi uma influência para o pensamento sistemico-funcional, mas a partir também de uma leitura do Círculo Linguístico de Praga que tendia, em seu lado prático, à oposição e à comparação com a Glossemática.

Propondo uma visão estratificada da língua, Hjelmslev (1991) reorienta o pensamento saussureano em torno do signo arbitrário composto de significante e significado em função de planos, o *plano de conteúdo* (as grandezas pleremáticas) e o *plano de expressão* (as grandezas cenemáticas), vistos como estratos para que se compreendam as diferentes relações entre grandezas: a substância do conteúdo, a forma da expressão e

a substância da expressão, ou quando de um compartimento, em alguma ordem (para frente ou para trás) é possível transferir de um desses compartimentos para o outro. E, assim, tornar possível “constatar entre as classes de estratos diferenças e analogias.” (HJELMSLEV, [1953]1991, p. 51). Para ele, a forma de conteúdo da linguagem deveria ser vista como um fator social, ligado à sua forma de difusão e comunicação, na ponte entre as línguas e comunidades linguísticas.

Outra grande influência no pensamento de Halliday advém do Círculo Linguístico de Praga o qual nasce em outubro de 1926, quando ocorreu a palestra de H. Becker sobre uniformização sintática, a convite de Vilém Mathesius na Universidade Charles. Esse círculo nasce motivado pelo desejo de se opor à doutrina neogramática. Partindo do pensamento saussureano, contrapunham-se ao pensamento historicista, defendendo o estudo da língua como estrutura de signos. Mas o que parecia mais relevante era receber de Saussure “uma Linguística desligada das disciplinas que outrora a haviam submetido, acedendo ao estatuto de ciência” (FONTAINE, 1979, p. 35).

O Círculo esmerou-se em produzir uma distinção com as escolas formalistas clássicas, ao insistir no fato de se considerar “o ‘sentido’, a referência à realidade extralinguística, como diz Vachek, tanto em Fonologia como em Gramática” (FONTAINE, 1979, p. 133), o que aponta para a tentativa de produção de uma abordagem da semântica gramatical, pensamento que teve grande ressonância nas distinções e elucubrações de Roman Jakobson.

De todos os pensadores pertencentes ao Círculo, Jakobson teve maior expressão e influência na Linguística Sistemico-Funcional. Jakobson afirma que “desde que haja interpretação, emerge o princípio da complementaridade, promovendo a interação do instrumento de observação e da coisa observada” (JAKOBSON, [1953]2010, p. 17), de onde percebemos a importância da interação entre dois polos (emissor e receptor) em intercâmbio para que haja comunicação e construção do objeto. Para o autor, “a escolha de uma forma gramatical pelo que fala confronta o que ouve com um número definido de unidades [*bits*] de informação” (JAKOBSON, [1959]2010, p. 114). Pois o significado deveria ser expresso em termos de discriminações e identificações linguísticas e estas discriminações em função de seu valor semântico (p. 119).

Nesse sentido, negando o entendimento da linguagem como arbitrária e afirmando que ela deriva da necessidade de satisfazer as próprias necessidades humanas, tendo funções específicas em cada contexto, Halliday (1985b; 1994) e Halliday e Matthiessen (2004) recusam a ideia a partir da qual a língua seria vista como um sistema autônomo. Dessa forma, toda linguagem poderia ser explicada com base no que Halliday chama de *tipos de significado*: o *ideacional*, referente a ideias, conceitos e representações de mundo presentes no texto; o *interpessoal*, referente às relações entre os participantes no discurso e o *textual*, referente às relações presentes nos próprios componentes textuais, seja do ponto de vista da coesão, seja da forma como a mensagem é organizada.

A análise de uma oração seria feita com base nesses três significados ou

metafunções, uma vez que a gramática presente nela indicaria: (a) como o falante concebe a realidade à sua volta e como a gramática pode ser usada para comunicar suas experiências, percebendo o significado como construtor da realidade e como configurações do mundo – pessoas, qualidades, circunstâncias, dentre outras; (b) como o falante interage com outras pessoas, revelando a natureza das relações sociais interpessoais entre aqueles que estão fazendo uso da linguagem; e (c) como o falante organiza a comunicação e as estruturas que geram essa comunicação na forma de uma mensagem inteligível mediante determinados propósitos.

Para Halliday, a interpretação do contexto social inclui a análise do *contexto de situação* (imediatos) e do *contexto de cultura* (concebido pelo grupo), sendo estes, como já dito, termos advindos do trabalho do antropólogo Bronislaw Malinowski (cf. MALINOWSKI, 1944, 1978), retomados primeiramente por J. R. Firth, professor de Halliday, este último percebido como derivado de uma rede ampla e complexa dos gêneros dos discursos usados por uma determinada cultura. Partindo-se do gênero do discurso, seria então possível, adentrar no universo do que Halliday chama de contexto de situação, associado por ele ao conceito de registro.

O contexto de situação, segundo o autor, sinteticamente, compõe-se de três categorias, que seriam o *campo*, o tópico da situação; as *relações*, os papéis sociais desempenhados na interação; e o *modo*, o papel da linguagem dentro da interação. Estas categorias, por sua vez, correspondem aos componentes (ou metafunções) ideacional, interpessoal e textual.

Todas as metafunções estariam operando sempre conjuntamente para a construção da visão de mundo de quem faz uso do sistema linguístico. O uso do termo “visão de mundo” aqui está de acordo com Edgar e Sedgwick (2003, p. 359), “um termo rápido e simples significando um corpo comum de crenças compartilhado por um grupo de oradores sobre o mundo e suas relações com ele” o que, de certa forma, retoma princípios do próprio relativismo cultural.

E dentro desse sistema haveria sempre inter-relação. A metafunção ideacional estaria associada ao campo, realizando-se pela transitividade⁵; a metafunção interpessoal estaria associada às relações, realizando-se por meio do modo verbal e da modalidade⁶ e, por fim, a metafunção textual estaria associada ao modo, realizando-se através de estruturas temáticas (tema/rema⁷), de informação (dado/novo) e dos mecanismos de coesão.

O primeiro linguista que retomou a problemática do contexto foi John Rupert Firth a partir dos trabalhos de Malinowski (cf. FIRTH, 1937). Professor de Halliday, Firth teve grande influência sobre o pensamento hallidayano. Em Malinowski, embora

⁵ Devem ser analisados processos (grupos verbais), participantes (grupos nominais) e circunstâncias (grupos adverbiais).

⁶ Devem ser analisados modos verbais, expressões modalizadoras e outras capazes de indicar de que modo a linguagem está sendo usada para imprimir a maneira como os participantes estão se vendo na interação, ou seja, de forma eles se relacionam socialmente.

⁷ O tema é o elemento visto como ponto de partida e rema o que se acrescenta. Essa é uma definição simples que não será problematizada por extrapolar os objetivos deste texto. Vale ressaltar que o estudo da estrutura tema-rema pretende verificar de que forma essas categorias ocorrem e qual a motivação para que a mensagem seja organizada de uma forma e não de outra.

encontremos as sementes para o desenvolvimento de todo um pensamento acerca do assunto, especialmente sobre o contexto de cultura, é a partir da leitura feita por Firth que Halliday desenvolve sua teoria a respeito do contexto de situação e do contexto de cultura.

De acordo com Östeman e Simon-Vandenberg (2009), Firth foi o principal proponente de uma abordagem para a linguagem desenvolvida na Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres. De acordo com eles, o grupo de linguistas dessa universidade se diferenciou em vários pontos importantes, tanto dos americanos pós-bloomfieldeanos, quanto dos europeus saussureanos, tendo influenciado, sobremaneira, a Grã-Bretanha nas décadas de 1940 e 1950, quando ficou conhecida como a Escola Britânica de Linguística.

Malberg (1971) explicita que Firth pretendeu uma teoria de linguagem independente do estruturalismo europeu e americano, o que ele teria arquitetado por suas ideias advirem de seu conhecimento de línguas não europeias. Segundo o autor, Firth em sua análise distinguia a estrutura, cujas relações seriam encontradas no sintagma e o sistema em que as relações se encontrariam no paradigma. Por sua vez, a estrutura se ligaria às categorias extraídas das formas de palavra e de texto, enquanto o sistema se definiria como o(s) conjunto(s) de relações paradigmáticas entre os termos “substituíveis” que forneceria valores aos elementos da estrutura, pensamento que claramente repercute na Linguística Sistemico-Funcional.

Como nos explicam Östeman e Simon-Vandenberg (2009), a forma-base do pensamento fundador da linguística firthiana pressupõe a visão de Malinowski a partir de seu artigo seminal, *The problem of meaning in primitive languages*, publicado pela primeira vez em 1923, no qual manifestava o interesse na relação entre cultura e significado. Essa abordagem, feita em relação aos trombrianos (ver também MALINOWSKI, 1978), indicou que cultura e significado só poderiam ser compreendidos dentro da situação em que os significados eram codificados nas mensagens. Malinowski enfatizou a importância do contexto de situação, inserido em uma cultura total, o todo, um contexto superior chamado contexto de cultura. Para ele, a primeira relação na função da linguagem não era a de transmitir ideias, mas a de estabelecer ou manter uma relação de “camaradagem” e afeto, de onde advém seu termo *comunhão fática* (*phatic communion*), que se caracteriza pela manutenção do canal comunicativo aberto e, por outro lado, pelo estabelecimento de uma forma de ver a linguagem e descrevê-la sempre como um “modo de ação”, isto é, um ato construído por meio da fala no qual são alicerçadas relações comunitárias (cf. MALINOWSKI, 1999).

Firth então ficou muito influenciado por essas ideias, em que linguagem era tomada como parte do processo social, e desenvolveu sua abordagem destacando o contexto como uma categoria central. Para ele, significado é uma função dentro de um contexto e a forma de descrevê-lo seria a contextualização total das formas (fonética, fonológica, morfológica, sintática, lexical e colocacional) e de suas funções semânticas. Assim, o contexto de situação estaria sempre inserido em um contexto de cultura. As

formas de um nível sempre se instanciarão para o nível seguinte sucessivamente em uma escala paradigmática, com vistas a ser contextualizada de maneira a receber uma função semântica em determinada situação social. As situações, por sua vez, tomam o seu significado do contexto de cultura.

A diferença entre contexto em Malinowski e Firth são explicadas por Östeman e Simon-Vandenberg (2009), em vista do fato de que Malinowski estava interessado nas “características reais” do contexto, enquanto Firth viu o contexto de situação como um quadro abstrato de referência. De acordo com os autores, na formulação de Firth, o linguista decide quais recursos serão importantes para a análise da linguagem em um determinado contexto, indo além do que na época era o ponto de vista na análise linguística. Dentro dessa visão, as categorias são construídas impostas pela linguagem, na esperança de obter uma melhor compreensão do que está acontecendo, mas esses construídos não existem independentemente do seu criador. Isso implica que cada noção ou termo na linguística, inclusive o do próprio autor, deve ser concebido como apenas ferramentas analíticas que podem e devem ser alteradas sempre que necessário. Firth, segundo os autores resumem, toma como fatores de análise contextual:

- (1) as características relevantes dos participantes, personalidades [papéis] e pessoas;
- (2) as ações verbais dos participantes, personalidades e pessoas;
- (3) suas ações não verbais;
- (4) os objetos relevantes e (4) o efeito das ações verbais.

Em um pequeno capítulo intitulado *Context of Situation*, Firth (1938) inicia suas considerações valorizando o papel da situação para compreensão do que é enunciado, especificamente em termos da produção de sentido, pois, para ele, entre dois interlocutores, existe um momento psicológico e prático em que tudo (olhos, mãos etc.) converge em função de interesses comuns, sendo essenciais para construção mútua do significado das palavras. Isso nos leva a pensar que o autor pretende, sobretudo, frisar que o significado delas decorre do uso, como uma atividade situada. A isso, Firth (1937, p. 110) chama de *contexto de situação*, entendendo situação como “um processo padronizado concebido como uma atividade complexa com as relações internas entre seus vários fatores”. Dessa maneira,

[m]esmo dentro do próprio sistema linguístico, o que é dito por um homem em uma conversa capta o que outro homem disse anteriormente e dirá depois. Capta até negativamente tudo que não foi dito, mas que poderia ter sido dito. Essa captação inter-relacionada deve ser tomada como um princípio fundamental até mesmo na fonética e na gramática formal (p. 110-111).

Para ele existem condições inter-relacionadas a serem preenchidas que precisam ser vistas como princípios fundamentais tanto quanto os percebidos dentro da fonética

e da gramática formal, pois existe um comportamento linguístico dinâmico e criativo. Nesse processo, significado, segundo o autor, é uma propriedade mutuamente relevante das pessoas, coisas e eventos na situação (p. 111).

Apresentando os dados e os procedimentos de coleta e pesquisa

Num primeiro momento, foi lida a obra referência e sublinhadas todas as ocorrências de palavras constituídas a partir do radical da palavra de pesquisa – **cultur-** – para posteriormente serem digitados os enunciados em que ocorreram para fins analíticos. A obra de referência foi *Language as social semiotic* (LSS: HALLIDAY, 1978), por trazer as bases epistemológicas da LSF.

Após a coleta, foi construída uma pequena tabela constante dos valores em termos de categorias de análise. Nela, foram discriminados os valores totais na obra referência, por seu conjunto e por categorias específicas, de maneira a propiciar a visualização dos dados e o que eles podiam demonstrar, como se verifica abaixo.

Tabela 1 – Distribuição quantitativa das categorias de análise do termo *cultur*

Valores →	N	SN (N)	S. Prep. (N)	Adj.	Adv.	Total de Enunciados
LSS	58	2	43	42	6	128

O valor de cada categoria foi atribuído estruturalmente a partir das escolhas feitas pelo autor, distribuídas como nome (N) no caso prototípico de núcleos de SN como em (1), razão para discriminarmos outras possibilidades de realização dele em outras construções, como no caso de SN não contemplado em Língua Portuguesa, o SN (N) de (2) e quando fazia parte de um sintagma preposicional (*prep.* + *SN*) não redutível ou não reduzido a sintagma adjetival (equivalente a *cultural*) em respeito à semântica do enunciado e à escolha do autor, o S. Prep. (N), conforme exemplo (3). As outras categorias foram claras na constituição do item entre adjetivo (Adj.), enunciado (4) e advérbio (Adv.), em (1 e 2), como podemos ver abaixo:

- (1) Our environment is shaped by the **culture** (N), and the conditions under which we learn language are largely **culturally** (Adv.) determined. (p. 23).
- (2) The existence of semantic variety s traditionally taken for granted in language and **culture** studies (SN (N)); but the instances that can be cited of **culturally** (Adv.) conditioned semantic change are quite limited in their scope. (p. 75).
- (3) In Bernstein's view, in order to understand the social system, how it persists and changes in the course of the transmission of **culture** (S. prep. (N)) from one generation to another, you have to understand the key role that language plays in this. (p. 36).

- (4) It is not the linguistic environment, in the sense of which language or dialect the child learns to speak , that matters so much as the **cultural** (Adj.) or sub**cultural** (Adj.) environment as this is embodied in and transmitted through the language. (p. 24).

Alguns casos não prototípicos foram decididos a partir da noção de escolha da LSF e da constituição ou posicionamento do item, uma vez que houve muitos casos de derivação, como *subculture*, em (5), e alguns poucos casos invertidos por uma questão estrutural da própria Língua Inglesa, como *culture area*, em (6):

- (5) Moreover he learns that dialectal variety of English which belongs to his particular socioregional sub**culture** (N): working-class London, urban middle-class Northern, rural Dorset and so on. (p. 23).
- (6) The significance of this for educators is that it is generally easier to transfer from the mother tongue to a language from the same **culture** area than to one that is **culturally** very remote, since the former is likely to be much closer in its ways of meaning. (p. 199).

Uma análise dos dados – cultura no interior da Linguística Sistêmico-Funcional

De maneira geral, percebemos uma preocupação grande inicialmente com a cultura quando Halliday (1978) busca, nos domínios da Antropologia, os princípios epistemológicos para a criação da Linguística Sistêmico-Funcional, cuja principal influência está em B. Malinowski, de quem Halliday, na direção de J. Firth, traz os conceitos de *contexto de situação* e *contexto de cultura*.

Partindo dos 128 enunciados em que há referência à cultura em LSS, percebemos a produtividade do tema em seu interior, especialmente em se tratando da obra que compila e traz as bases epistemológicas da teoria.

A distribuição em categorias também demonstra isso, uma vez que as nominais predominam, sendo 58 ocorrências prototípicas do nome e 42 de adjetivos. O valor do adjetivo, para modificação e caracterização de elementos e da própria linguagem, em termos de semiótica social, ganha relevo quando assomado às 43 ocorrências de sintagmas preposicionais constituídos de *prep.* + *SN* que mantêm a palavra cultura em seu núcleo, levando a perceber uma preocupação em mostrar a língua como cultural. Isso distingue a cultura como constitutiva do processo de organização e significação potencial do sistema, cujas regras a GSF pretende descrever.

Os dois casos de *SN* (N) devem ser incorporados à categoria N, elevando-se de 58 para 60 ocorrências de valor nominal, em termos de nomeação de um fenômeno,

isto é, de busca de explicação e constituição de um conceito. Para decidirmos por essa incorporação, consideramos os esclarecimentos de Neveu (2008) sobre as *partes do discurso*.

De acordo com Neveu (2008, p. 235-236), a teoria das *partes do discurso* (*pars orationes*) é uma tradição gramatical do Ocidente de análise de classes de palavras com base em critérios semânticos morfossintáticos, que nasce da Poética aristotélica com o objetivo de descrever quatro componentes: o nome (*ónoma*) que é provido de sentido, mas sem indicação de tempo, o verbo (*rhêma*), provido de sentido, e capaz de expressar tempo. A junção (*súndesmos*), desprovida de significação, mas capaz de construir sequências complexas, cujos elementos possuem sentido em si mesmos e cuja palavra indicadora da junção não pode iniciar a estrutura se esta for autônoma. E a articulação (*árthron*), que não possui significação e é usada para marcar início ou fim de sequência. Vale lembrar que essa visão teve desdobramentos, que não serão tratados aqui por se desviar dos objetivos dessa pesquisa.

Aqui é relevante a primeira ideia acerca do nome como provido de sentido e sem indicação temporal. A palavra cultura apresenta uma multiplicidade de sentidos (ver, por exemplo, INGLIS, 2004) e seus usos parecem indicar uma gradabilidade temporal no sentido histórico, e não no sentido de *rhêma*, ou seja, por meio de desinências número pessoais e modo-temporais do verbo. Isso indica uma relação bastante produtiva da ideia funcional e da contextualização sócio-histórica dos nomes como indicadores de matizes, a partir das propriedades do que se pretende nomear e/ou conceituar, dentro de uma determinada visão.

Esses matizes podem ser identificados nos casos em que é perceptível a preocupação com a determinação ou indeterminação do núcleo do sintagma nominal constituído pelo item *cultura*. A troca do artigo definido (7) por um indefinido (8), por um pronome (9) ou numeral (10) parece se atrelar ao pensamento em vigor na Antropologia à época que propunha, mas de forma “maleável” já que levou ao relativismo, uma tensão entre o local e o global, entre o particular e o universal, que gerou uma distinção ligada ao social e ao cultural nos mesmos moldes respectivamente.

- (7) This is a matter of the *linguistic* environment, which is itself part of *the culture*, but in a special sense. (p. 23).
- (8) In this perspective, language is one of the semiotic systems that constitute *a culture*; one that is distinctive in that it also serve as an encoding system for many (though not all) of the others. (p. 2).
- (9) Every child is brought up in *a culture*, and he has to learn the patterns of *that culture* in the process of becoming a member of it. (p. 212).
- (10) There are styles of meaning distinguishing *one culture* or *one subculture* from another: semiotic melodies and rhythms which may be actualized in various ways, for example as behavioural rhythms, various forms of body symbolism and the like. (p. 98).

Isso também se verifica com o uso de adjetivos que demonstram porção de cultura (*material culture, common culture, pop culture, exotic cultures, black culture* etc.), como no enunciado (11) ou adjetivos por sua vez ligados a derivados de cultura em perspectiva particularista (*particular subculture, diferente subculture, intracultural variation, crosscultural variation* etc.), como em (12) e (13). Tal tensão e flutuação conceitual parece ser levada a cabo e ser sinalizada nos casos em que o item lexical *culture* (ou alguma flexão ou derivação) aparece sem qualquer tipo de determinante (14), especialmente no próprio termo *context of culture*, que procura indicar a universalidade da cultura num macronível semântico.

- (11) A shift in the fashions of speaking will be better understood by reference to changing patterns of social interaction and social relationships than by the search for a direct link between the language and the material **culture**. (p. 77).
- (12) Hymes is undoubtedly right in recognizing cross**cultural** variation in the system, and it would not be surprising if we also find intra**cultural** (i.e. cross-sub**cultural**) variation. (p. 85).
- (13) The concept ‘uses of language’ can lead us to an interpretation of function in the sense of the underlying functional organization of the semantic system; that of ‘communicative competence’ to an appreciation of the meaning potential that is inherent in the social system as it is interpreted by the members of this or that sub**culture**. (p. 99).
- (14) Naturally one or two such remarks by themselves would not tell him very much; but from their constant varied repetition and reinforcement he would learn a lot about [Ø] **culture** of which he had involuntarily taken out membership. (p. 214).

O uso do adjetivo, em contraposição ao sintagma preposicional de valor adjetival, foi categorizado de forma diferente por dois motivos distintos: (1) o rigor teórico e respeito ao princípio paradigmático da noção de escolha como significativa da LSF e (2) o fato de nem todos os sintagmas poderem ser interpretados parafrasticamente como “cultural”. Essa questão gira em torno do fato de que as escolhas são significativas, como na diferença de uso em (15) e (16) e de que, mesmo quando é possível parafrasear os sintagmas com o adjetivo *cultural*, semanticamente não se produz o mesmo efeito, embora em alguns pareça que sim. No caso de partitivos, isso fica muito claro uma vez que *a part of the culture* (“uma parte da cultura” no exemplo 17 abaixo) não significa nem de forma próxima “uma parte cultural” dentro desse contexto, embora esse procedimento seja possível com efeito parecido em (18):

- (15) He approaches this first of all through the role that language plays in the socialization process; he then moves on towards a much more general social theory of **cultural** transmission and the maintenance of the social system, still

with language playing a key role. (p. 36).

- (16) Speaking ‘instrumentally’, it means that you have in Bernstein’s work a theory of the social system with language embedded in it, so that anyone who is asking, as I am, questions such as ‘What is the role of language in the transmission of **culture**? How is it that the ordinary everyday use of the language, in the home, in the neighborhood and so on, acts as an effective channel for communicating the social system?’ finds in Bernstein’s work a social theory in the context of which one can ask these questions. (p. 37).
- (17) This is a matter of the *linguistic* environment, which is itself part of the **culture**, but in a special sense. (p. 23).
- (18) The child learns his mother tongue in the context of behavioural settings where the norms of the **culture** are acted out and enunciated for him, settings of parental control, instruction, personal interaction and the like; and reciprocally, he is ‘socialized’ into the value systems and behaviour patterns of the **culture** through the use of language at the same time as he is learning it. (p. 23).

Por isso, torna-se importante sempre retomar o princípio de escolha que ancora a própria teoria, pois essas escolhas são significativas por trazerem os matizes relativos ao produtor do texto em termos de seus prováveis propósitos comunicativos. Por isso, há a variação de uso linguístico na obra de Halliday, pois, quando possui propósitos que requerem o uso adjetival, usa o adjetivo em vez do sintagma preposicional.

No enunciado (19) abaixo, podemos notar que a abertura dada pelo uso do adjetivo torna difícil trocá-la por um sintagma preposicional, uma vez que requer que tomemos algumas decisões quanto ao uso ou não de artigo, se definido ou indefinido, de um determinante pronominal e assim por diante. E isso imprimiria no sintagma matizes diferentes, como temos demonstrado na oscilação quanto a como perceber cultura numa perspectiva particularizadora ou universalista.

- (19) Bernstein’s theory is a theory of a social learning and **cultural** transmission, and hence of a social persistence and social change. (p. 88).

Halliday demonstra essa oscilação especialmente quando usa apenas uma vez *context of the culture*, com a introdução do artigo definido em contraponto às oito vezes em que o termo técnico *context of culture* é empregado sem ele:

- (20) Above and beyond ‘language as system’ and ‘language as institution’ lies the more general unifying concept that I have labeled ‘language as social semiotic’: language in the context of the **culture** as a semiotic system. (p. 118).

Assim, fica inegável que trocas estruturais vão de encontro aos propósitos

comunicativos dos produtores textuais, imprimindo matizes que alteram a semântica dos enunciados. Por isso, também chamam atenção os derivativos que, em grande medida, constituíam formas partitivas conceituais, ou seja, uma vez ancorado na visão antropológica malinowskiana de cultura como universal, eles indicavam a possibilidade de dividi-la em porções, parcelas, como em *subculture* e *counterculture*, fortalecendo e partilhando do objetivo de uso dos adjetivos conforme afirmado anteriormente e reforçado pela categoria em si e pelo uso dos prefixos em *subcultural*, *intracultural*, *cross-subcultural*, *sociocultural*.

Nessa direção é que Halliday (1978, p. 2) define cultura como mais ou menos sinônimo de realidade social, com base na metáfora de que a realidade social ou a cultura é um “edifício de significados”, ou seja, “um construto semiótico”:

(21) A social reality (or a ‘**culture**’) is itself an edifice of meanings – a semiotic construct. (p. 2)

A oscilação que parece ser inerente às ponderações de Malinowski, em que cultura toma ares de universalidade, em contraposição a social que é percebida como uma parcela da cultura, pode ser percebido em toda a obra de Halliday, em que também há definições como:

(22) It means interpreting language within a **sociocultural** context, in which the **culture** itself is interpreted in semiotic terms – as an information system, if that terminology is preferred. (p. 2).

(23) It involves the difficult task of focusing attention simultaneously on the actual and the potential, interpreting both discourse and the linguistic system that lies behind it in terms of the infinitely complex network of meaning potential that is what we call the **culture**. (p. 5).

(24) (...) the concept of the **culture** as a system of meaning, with language as one of its realizations. (p. 55).

(25) Beginning with the dichotomy of the cognitive and behavioural functions of language (which he comes round to questioning in the end), he gives a clear summary of the deficit theory, remarking that ‘such a position can only be taken when actual descriptive and sociolinguistic facts are ignored’ (p. 93); he then treats of language as **cultural** behaviour and makes a firm commitment to the social explanation of the linguistic differences. (p. 95).

(26) And second – though it’s a closely related point – it is above all through a developmental approach that we can make concrete the notion of language as part of the social semiotic: the concept of the **culture** as a system of meaning, with language as one of its realizations. (p. 55).

(27) The semantic system has its own further context in the total sociosemiotic cycle,

the series of networks that extend from the social system (the **culture** as a semiotic construct), through the linguistic system on the one hand and the social context on the other, down to the wording and the sounds and written symbols, which are the ultimate linguistic manifestations of the text. (p. 150).

Essa visão está intimamente relacionada ao conceito de linguagem como uma habilidade de produzir significados contextualizados na cultura:

(28) Language is the ability to ‘mean’ in the situation types, or social contexts, that are generated by the **culture**. (p. 34).

Por isso seu trabalho não se inclui nos Estudos Culturais como uma área, o que justifica o uso de *culture studies* em vez de *cultural studies* em (30), mesmo utilizando a expressão *common culture* (31) que foi teorizada por T. S. Eliot (1948]2005) e Raymond Williams (1969):

(29) The existence of semantic variety is traditionally taken for granted in language and **culture** studies; but the instances that can be cited of **culturally** conditioned semantic change are quite limited in their scope. (p. 34).

(30) Yet some concept of a common social system, at some very abstract level, is presumably what is implied by the more usual but vague assertion of a ‘common **culture**’ as a concomitant of areal resemblances. (p. 78).

Dessa maneira, Halliday reforça acima de tudo o aspecto funcional da linguagem para a interação social como importante mecanismo veiculador de cultura:

(31) If linguists seek to understand the phenomena of persistence and change in the linguistic system – how the innermost patterns both of language and of **culture** are transmitted through the countless microsemiotic processes of social interaction – we for our part must learn to take account of the fact that humans speak, not in solitude, but to each other. (p. 92).

Isso não significa que a tensão entre uma visão universalista e outra particularista se desfaça como se percebe nos enunciados abaixo:

(32) However interesting the linguistic repartee of adolescent peer groups is to the sociolinguist (and we are still almost totally ignorant of young children’s peer group speech and its role in **cultural** transmission), it is presumably a feature of all **cultures** in some form or other; in itself it is trivial and it should not be necessary to focus attention on it order to demonstrate that blacks have the

same linguistic skills as whites. (p. 97).

- (33) The concept ‘uses of language’ can lead us to an interpretation of function in the sense of the underlying functional organization of the semantic system; that of ‘communicative competence’ to an appreciation of the meaning potential that is inherent in the social system as it is interpreted by the members of this or that subculture. (p. 99).

E partindo dessa visão, de forma específica em relação à parcialidade, cultura se liga à estrutura social, entendida como sistemas de conhecimento e valores presentes na sociedade em termos de seus elementos semióticos que geram o compartilhamento de uma cultura:

- (34) How do children, through the ordinary everyday linguistic interaction of family and peer group, come to learn the basic patterns of the culture: the social structure, the systems of knowledge and of values, and the diverse elements of the social semiotic? (p. 108).
- (35) The meaning potential, which is the paradigmatic range of semantic choice that is present in the system, and to which the members of a culture have access in their language, can be characterized in two ways, corresponding to Malinowski’s distinction between the ‘context of situation’ and the ‘context of culture’ (1923, 1935). (p. 109).
- (36) This process is regulated by the *code*, the semiotic grid or principles of the organization of social meaning that represent the particular subcultural angle on the social system. (p. 125).
- (37) These may be seen in the text, in the situation, and in the semantic system, as well as in the dynamics of cultural transmission and social learning. (p. 126).

A ideia de parcialidade pressupõe a noção de saber partilhado que se liga ao fato de a comunicação supor sempre um universo cognitivo comum que garanta a intercompreensão, pois “parece que o sentido dos enunciados não deveria ser exclusivamente determinado por aquilo que é codificado através da língua” (NEVEU, 2008, p. 264), como também vemos em Halliday e Matthiessen (1999). Isso nos leva a retomar um pressuposto presente na afirmação de Hall (1997) de que nossa capacidade de comunicação decorre do fato de compartilharmos de forma ampla os mesmos mapas conceituais e por interpretarmos o mundo, dando-lhe sentidos próximos ou aproximadamente da mesma maneira. Ou, retomando nossa discussão sobre cultura, porque, segundo o autor, “pertencemos a uma mesma cultura”. É isso que nos permite interpretar o mundo de forma praticamente igual, ou seja, construímos uma cultura compartilhada de sentidos, razão pela qual o mundo social nos permite a convivência. O autor enfatiza que é isso que permite definir cultura em termos de “sentidos

compartilhados ou mapas conceituais compartilhados”.

Também por isso, o conceito de *registro* é de extrema importância para que essa porção de mundo representada possa ser acessada mediante suas variáveis de forma; que se compreenda o que está sendo feito por meio da linguagem em determinada situação, como bem demonstra o conceito proposto no enunciado (38).

(38) A register can be defined as the configuration of semantic resources that the member of a **culture** typically associates with a situation type. (p. 111)

Entretanto, a possibilidade de compartilhamento de uma cultura, em sentido universal, fica subjacente nos enunciados (39) e (40), embora a tensão logo retorne no plural no enunciado (41):

(39) These functions constitute the semiotic environment of a very small child, and may be thought of as universals of human **culture**. (p. 121).

(40) In one sense a child's learning of this mother tongue is a process of progressively freeing himself from the constraints of the immediate context – or, better, of progressively redefining the context and the place of language within it – so that he is able to learn through language, and interpret an exchange of meanings in relation to the **culture** as a whole. (p. 124).

(41) It seems to be typical of human **cultures** for a speaker to have more than one dialect, and for his dialect shifts, where they occur, to symbolize shifts in register. (p. 157).

Halliday atribui papel fundamental para os textos como um “ato de significar” e “canal de transmissão de cultura”, justificando sua escolha pelo texto como a principal categoria de análise na Linguística Sistêmico-Funcional:

(42) But it is not too fanciful to see the element of the gift as one component in all literature, and in this way to show how the act of meaning, and the product of this act, namely text, comes to have value in the **culture**. (p. 140)

(43) Text is the primary channel of the transmission of **culture**; and it is this aspect – text as the semantic process of social dynamics – that more than anything else has shaped the semantic system. (p. 141)

E, sobretudo, mostra que a descrição linguística é apenas uma etapa do trabalho dentro da área, indicando que a expansão contextual é uma condição *sinez qua non* ao trabalho analítico, como subjaz ao enunciado (44) e ao próprio conceito de *gênero do discurso* em (45), por conectar o contexto de situação e o contexto de cultura, como indicado em (46):

- (44) The social learning processes of a child, whether those of learning the language or of learning the **culture**, are among the most permeable surfaces of the whole system, as one soon becomes aware in listening to the language of young children's peer groups – a type of semiotic context which has hardly begun to be seriously studied. (p. 126).
- (45) The various genres of discourse, including literary genres, are the specific semiotic functions of text that have social value in the **culture**. (p. 145)
- (46) If the 'context of situation' is seen as the essential link between the social system (the 'context of **culture**', to use another of Malinowski's terms) and the text, then it is more than an abstract representation of the relevant material environment; it is a constellation of social meanings, and in the case of a literary text these are likely to involve many orders of **cultural** values both the value systems themselves and the many specific subsystems that exist as metaphors for them. (p. 147)

Por toda essa discussão e flutuação conceitual, é que julgamos tão relevante retomar as bases epistemológicas da teoria, sem a qual corremos o risco de permanecer na etapa descritiva que é extremamente importante, mas não se configura como objetivo último na Linguística Sistêmico-Funcional. Halliday assume, diferentemente de Malinowski, a parcialidade, ou uma visão do elemento social de forma expandida, por isso sem o caráter universalista, quando, retomando, o antropólogo define contexto de situação e contexto de cultura funcionando dentro da estrutura social:

- (47) Malinowski's context of **culture** (and context of situation) is the product of social structure together with the **culture** in this limited sense; so are Fishman's domains. (p. 68).

Assim, teríamos acesso ao *contexto de situação* a partir do registro, que diz respeito “ao fato de que a língua que nós falamos ou escrevemos varia de acordo com a o tipo de situação” (HALLIDAY, 1978, p. 32) e ao qual podemos ter acesso por meio de três variáveis que são: (1) *campo*, referente ao conjunto institucional em que uma parte da linguagem ocorre e abrange tanto o tópico ou assunto quanto a atividade como um todo entre quem fala ou escreve; (2) as *relações*, termo que se liga às relações entre os participantes em termos de variação de formalidade, permanência ou não dela e grau de carga emocional e (3) *modo*, ligado ao canal de comunicação adotado no que se refere à escolha entre fala ou escrita ou detalhamentos dessas escolhas envolvidos na situação (HALLIDAY, 1978, p. 32 e 33).

De acordo com Halliday (1978, p. 143) “o ambiente da linguagem, ou contexto social é estruturado como um *campo* de ação social significativa, uma *relação* de papéis interacionais, e um *modo* de organização simbólica. Tomados juntos, eles constituem

a situação, ou - contexto de situação - de um texto”. Por isso, para Halliday e Hasan (1989, p. 45-46), o campo é um tipo de atividade reconhecido na cultura, dentro da qual a língua toma parte na construção dos significados experienciais; nas relações os atores e as regras interacionais são movimentados em função da criação do texto, a partir dos significados interpessoais; e no modo, funções particulares são sinalizadas na linguagem em uma situação por construir um canal retórico em que o significado textual é alocado.

Os autores também esclarecem que o contexto de situação é apenas um desenvolvimento imediato da linguagem, pois é necessária uma expansão interpretativa para o contexto de cultura. Para defini-lo os autores afirmam que:

Em qualquer contexto real de situação, a configuração específica de campo, relações e modo trazida por um texto em si não é apenas um amontoado aleatório de recursos, mas uma totalidade - um pacote, por assim dizer, de coisas que normalmente caminham juntas na cultura. As pessoas fazem essas coisas nessas ocasiões e conectam a elas esses significados e valores, isso é o que uma cultura é (HALLIDAY e HASAN, 1989, p. 46)

Aqui percebemos uma abertura, não em termos de uma universalidade de cultura, mas de uma totalidade sinalizada pelo contexto de situação que expande as possibilidades interpretativas do texto para um macronível de significação e valoração que lhe conceda sentido para além de sua estrutura. Por isso, “todos esses fatores constituem o contexto de cultura, e eles determinam, coletivamente, a forma como o texto é interpretado em seu contexto de situação” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 47), uma vez que os textos são responsivos intertextualmente como um todo coeso e coerente, pois o texto é, no dizer dos autores, um “contexto em si” que causa expectativas, assim deve significar para além de suas estruturas, embora seja um tecido estrutural. Dentro dessa perspectiva, os autores resumem suas ideias afirmando que identificam cinco períodos no ciclo existente entre o texto e o contexto:

1. O texto, como um construto metafuncional: um complexo de significados ideacional, interpessoal e textual;
2. O contexto de situação: a configuração de características de campo, relações e modo que especificam o registro do texto;
3. O contexto de cultura: o conhecimento institucional e ideológico que dá valor ao texto e restringe sua interpretação;
4. O contexto “intertextual”: relações com outros textos e assuntos que ele carrega ao longo de seu desenvolvimento;
5. O contexto “intratextual”: a coerência com o texto, incluindo a coesão linguística que incorpora relações semânticas (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 49).

Na leitura feita por Cunha e Souza (2011, p. 25), “o *contexto de cultura* é a soma de todos os significados possíveis de fazerem sentido em uma cultura particular. No *contexto de cultura*, falantes e ouvintes usam a linguagem em contextos específicos, imediatos, conhecidos na LSF como *contextos de situação*”.

No entanto, percebe-se, conforme já advertiu Hasan (1999), que o contexto, enquanto elemento teorizado inexistente, ou seja, é um apêndice dentro da LSF, logo, carece de atenção e teorização. Porém, isso levou Meurer (2004) a produzir uma problematização do termo uma vez que as publicações sobre o assunto “privilegiam o chamado contexto da situação, mas não o contexto da cultura” (p. 135), o que o autor se propõe a fazer com base na Teoria da Estruturação do sociólogo Anthony Giddens. Isso significa mais um redirecionamento da LSF da Antropologia para a Sociologia.

Retomando a LSF em termos antropológicos, mais uma vez, verifica-se que não existe uma elaboração final quanto ao que é exatamente cultura, ou mesmo se esse conceito precisa ser formalmente definido devido ao termo *contexto de cultura*. Mas o que se sobrepõe dentro do que se propõe sobre contexto de situação e contexto de cultura é uma percepção do termo que traz subjacente uma tensão entre o local e o global, o particular e o universal herdada de Malinowski, rearticulada no interior da Linguística Sistêmico-Funcional para dar conta das restrições interpretativas dos textos como construtos semióticos. Isso é visível no fato de que *cultura* não é considerado um termo-chave em Linguística Sistêmico-Funcional em Matthiessen, Teruya e Lam (2010) que retomam o *contexto de cultura* como um termo chave.

Para esses autores, o contexto de cultura é uma “ordem superior do sistema semiótico sobre o sistema linguístico” (p. 77) o qual cobre o espectro das variáveis do registro, ressaltando que em alguns escritos “contexto” foi usado para o que agora é chamado de semântica no interior da LSF.

O contexto se estende ao longo da escala de instanciação do polo potencial (contexto da cultura) para o polo instância em si (contexto de situação), numa região intermediária subpotencial/instância (instituição/tipo de situação), retomando, de certa forma, as dimensões de estratificação e instanciação, ou seja, lembrando o “modelo de gênero” da década de 1980, no qual, partindo de um modelo estratificado, inter-relacionavam-se ideologia, gênero e registro. Por fim, resumem que no sistema global de contexto ele é um polo potencial da escala de instanciação, logo, é visto como um potencial cultural. (cf. MATTHIESSEN; TERUYA; LAM, 2010, p. 77-78).

Na visão de Meurer (2004, p. 134), “em análises de textos realizadas com base na LSF, todos os significados têm uma conexão direta com o contexto social – ‘acima’ e, também, uma conexão direta com os elementos lexicogramaticais – ‘abaixo’”.

Considerações finais

Diante das ponderações feitas, pode-se dizer que existe uma oscilação conceitual do termo *cultura* ligado ao relativismo cultural iniciado nas ponderações de Malinowski, cuja grande contribuição tem a ver com a própria base da LSF no que se refere a sua preocupação com a linguagem, como veículo da comunicação humana, no sentido de que o valor da língua e de seus recursos está em satisfazer as necessidades comunicativas de quem faz uso do sistema linguístico, sendo que a produção do sentido deriva das escolhas entre as possibilidades e recursos oferecidos, porque essas escolhas são significativas. Assim, as estruturas e combinações são feitas mediante avaliação de um produtor que possui, além do conhecimento linguístico, propósitos comunicativos motivados.

Halliday traz de Malinowski uma ideia de cultura relacionada a padrões universais de satisfação das necessidades humanas, o que justifica o uso do contexto de cultura como fim maior para a análise da linguagem em sentido global, uma vez que a análise toma lugar também nos microníveis gráfico e fonológico do sistema. A noção de contexto de situação, como o contexto imediato da produção de uma mensagem, é o primeiro elemento de deslocamento da cultura para o social como um contexto menor e mais tangível analiticamente.

O que podemos inferir de Malinowski (1944) no que tange à proposta de Halliday é que o elemento social é uma parcela do cultural, numa relação entre uma parcela de mundo representada e o acesso a padrões universais da cultura que possam levar a uma compreensão maior do mundo e das relações interpessoais.

O social, então, se faz a partir da noção de grupos, de uma porção/parcela da cultura que traz um tom de universalidade em Malinowski. Contudo, a dificuldade de trabalhar o universal nos termos da teoria proposta levou a um redirecionamento para o social, como uma parte exequível e capaz de ser acessada, por isso semiótica social e não semiótica cultural, sendo que subjaz um pensamento que relativiza o significado dos signos quando se assume que o significado não preexiste, mas é construído socioculturalmente, emergindo de um contexto mais localizado (de situação) no interior de outro mais abrangente (de cultura).

Nesse sentido, torna-se possível acessar porções do mundo, não o mundo, como é possível acessar o social, não a cultura, como um dado universal. Isso fica mais claro quando tomamos, por exemplo, o significado de *beijar* (item lexical) ou do *beijo* (comportamento) como indicativo de carinho que é, talvez, universal. Culturas diferentes criam formas de sanção/restricção a respeito do fato de como ou onde se beijar, às vezes repudiando o beijo em público, mas a compreensão de seu significado está para além das diferenças.

Mas poucos exemplos seriam capazes de ilustrar características e significados universalmente aceitos em todas as culturas, até mesmo pela dificuldade ou

impossibilidade de acesso total a essa categoria tão difícil de se definir e medir. Mesmo algo que é comum, normalmente tomado como universal, pode não ter um mesmo significado como *nascimento e morte*. Nascimento como início de algo é “mais universal” do que o significado de morte como fim, pois as culturas não atribuem a eles um estatuto puramente dicotômico, muitas vezes vendo a morte como recomeço, como um novo início ou continuidade de um ciclo.

A antropologia ainda subjaz à LSF, mas ao dar prioridade à estrutura linguística, mais que à própria relação intrínseca do texto com o contexto de cultura, as escolhas são enfraquecidas em função de uma gramática de recursos que não parece ser a que foi concebida por Halliday do ponto de vista epistemológico. A situação está em relação com o social, mas a análise deveria levar ao contexto de cultura. Optar pelo social ou escolhê-lo em detrimento da cultura, parece ter gerado não exatamente uma estagnação teórica da LSF, na sua relação com a cultura, mas um descompasso, que gerou importantes trabalhos, com vistas à descrição das línguas e aplicação dos recursos, mas não na mesma proporção que daria prosseguimento ao repensar do papel da cultura em seu interior.

Não pretendemos dizer que a LSF não evoluiu, mas que cada vez mais existe uma preocupação com o elemento *cultura*, previsto epistemologicamente em suas bases, mas não contemplado em grande parte das pesquisas, que caminharam, com maior fôlego, para a descrição linguística, caminho mais comum e tradicional dentro da disciplina Linguística.

O trabalho de Fawcett (2008, 2010) no que tange à Gramática de Cardiff, as (re) descrições linguísticas com base na Gramática Sistêmico-Funcional (cf. HALLIDAY; MATTHIESSEN; CAFFAREL, 1997) e as reanálises e desenvolvimentos propostos como a Teoria de Representação de Atores Sociais (cf. VAN LEEUWEN, 1996) ou o Sistema de Avaliatividade (cf. MARTIN; WHITE, 2005) são um exemplo de que a descrição também carece de atenção, mas parece imperativo retomar também as bases antropológicas da LSF nos diferentes trabalhos realizados a partir de sua perspectiva.

Por isso, para análise de categorias gramaticais, tais quais as elencadas na Gramática Sistêmico-Funcional (cf. HALLIDAY, 1985b, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), é indispensável o uso de categorias macro como contexto de situação e contexto de cultura. Um desafio interessante é trabalhar a relação entre língua(gem) e cultura, como, por exemplo, o que regula os processos de estruturação dos diferentes grupos (nominal, verbal etc.) e qual o papel da cultura nesse processo? E no sistema tático? Na organização/estruturação paratática/hipotática? E a partir de questões como essas, tentar desenvolver uma problematização de qual o papel da cultura na produção do sentido quando a língua se estrutura dessa e não daquela forma.

Como no caso das implicaturas conversacionais de Grice (1982, 1989), há condições a serem preenchidas, orientadas situacional e socioculturalmente, e a relação entre forma, valor expressivo e significado é dependente disso para a produção do

sentido. Acreditamos que as análises linguísticas precisam chegar a isso para preencher os quesitos da LSF, se considerarmos suas bases epistemológicas de constituir uma teoria da comunicação humana, da linguagem em uso na interação social que chegue ao contexto de cultura, como uma instância potencial superior embora variável.

Assim, crítica da cultura, de forma bastante particular nos moldes teóricos aqui tratados, seria feita fundamentalmente partindo da análise de padrões de linguagem que puderem ser considerados, em alguma medida, mais universais e, ao mesmo tempo, representantes e representativos de visões e porções do mundo (parcialidades), sob um ponto de vista que os considere e relativize em relação a especificidades apreensíveis nos textos quando do engendramento dos códigos e recursos semióticos, simulando essa universalidade dentro das perspectivas sociais dos grupos que representam a realidade no interior das culturas.

Referências

- BOAS, F. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, V.15, n. 2, p. 73-83, 2001.
- CHOMSKY, N. *Language and Mind*. New York: Harcourt Brace Jovanovich Inc., 1968.
- CHOMSKY, N. Three models for the description of language. *IRE Transactions on Information Theory*, V.2, n. 3, p. 13-54. 1956.
- CHOMSKY, N. Systems of Syntactic Analysis. *The Journal of Symbolic Logic*, V.18, n.3, p. 242-256, Sept. 1953.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- EDGAR, A.; SEDGWICK, P. *Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- ELIOT, T. S. *Notas para uma definição de cultura*. São Paulo: Perspectiva, [1948]2005.
- FAWCETT, R. P. *Invitation to Systemic Functional Linguistics through the Cardiff Grammar: an extension and simplification of Halliday's Systemic Functional Grammar*. London: Equinox, [1997]2008.
- FAWCETT, R. P. *A theory of syntax for systemic functional linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, [2000] 2010.
- FIRTH. J. R. Context of situation. In: FIRTH, J. R. *The tongues of men*. London: Watts & Co., 1937. p. 110-114.
- FONTAINE, J. *O Círculo Linguístico de Praga*. São Paulo: Cultrix, 1978.

- GHIO, E.; FERNÁNDEZ, D MA. *Linguística Sistêmico Funcional: aplicaciones a La lengua española*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral/Waldhuter Editores, 2008.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GRICE, H. P. *Studies in the way of words*. Oxford: Blackwell, 1989.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Edição particular, 1982. p. 81-103.
- HALL, S. *Representation: cultural representation and signifying practices*. London: Sage Publications, 1997.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. Australia: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. Dimensions of discourse analysis: grammar. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). *Handbook of discourse analysis: dimensions of discourse*. v. 2. London: Academic Press, 1985a. p. 29-56.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 1. ed. London: Edward Arnold, 1985b.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Construing experience through meaning: a language-based approach to cognition*. London: Cassell, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; CAFFAREL, A. *Select bibliography of Systemic Functional Linguistics*. 1997. Disponível em: <<http://minerva.ling.mq.edu.au/resource/VirtuallLibrary/Bibliography/sysbibliography.htm>> Acesso em: 23 abr. 2012.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Geelong, Victoria, Australia: Deaking University Press, [1985] 1989.
- HASAN, H. Speaking in reference to context. In: GHADESSY, M. (Ed.). *Text and context in Functional Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 219-328.
- HJEMSLEV, L. *Ensaio linguísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- INGLIS, F. *Culture*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, [1967] 2010.
- LONGACRE, R. E. Tagmemics. *Word*, v.36, n.2, p. 137-38. 1985.
- MALBERG, B. *As novas tendências da linguística*. São Paulo: Nacional, 1971.
- MALINOWSKI, B. What is culture. In: MALINOWSKI, B. *A scientific theory of*

culture and other essays by Bronislaw Malinowski. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944. p. 36-42.

MALINOWSKI, B. *Os argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, B. On phatic communion. In: JAWORSKY, A.; COUPLAND, N. (Ed.). *The discourse reader*. London e New York: Routledge, [1926]1999. p. 302-305.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. *Linguística funcional: teoria e prática*. p. 17-28.

MARTIN, J; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave Macmillan, 2005.

MATTHIESSEN, C. M. I. M.; TERUYA, K; LAM, M. *Key terms in systemic functional linguistics*. London and New York: Continuum, 2010.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na linguística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão (SC), v. 4, n. especial, p. 133-157, 2004.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVEU, F. *Dicionário de Ciências da Linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2008.

ÖSTMAN, J.-O.; SIMON-VANDENBERGEN, A.-M. Firthian linguistics. In: SENFT, G.; ÖSTMAN, J.-O.; VERSCHUEREN, J. (Eds.). *Culture and Language Use*. John Benjamin, 2009. p. 140-145.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix/USP, [1916]1969.

VAN LEEUWEN, T. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Eds.). *Texts and Practices: readings in Critical Discourse Analysis*. London & New York: Routledge, 1996. p. 32-70.

Artigo recebido em: 31 jul. 2012
Aceito para publicação em: 10 set. 2012